

Conferência Nacional de Comunicação – Pernambuco ***Relatos da caminhada e da participação do Centro de Cultura Luiz Freire***

Pra começo de conversa, vamos criar uma comissão?

O anúncio do presidente Lula, durante o Fórum Social Mundial, em Belém/PA, de que 2009 realmente veria surgir a I Conferência Nacional de Comunicação (que ainda nem se chamava Confecom), não demorou a ecoar em Pernambuco. O Recife, onde estão sediadas a maior parte das entidades que compõem o Fórum Pernambucano de Comunicação, viu a articulação começar e se concretizar no primeiro Encontro Estadual Pró-Conferência, mobilizado pelo Fopecom no dia 26 de março. Mesmo antes disso, integrantes de organizações como o Centro de Cultura Luiz Freire, da Sinos, do Ventilador Cultural, do Intervozes, do Fórum de Mulheres de Pernambuco e da CUT (entre outras) procuravam, em suas bases, iniciar a discussão.

Para debater no encontro, que teve como objetivo principal discutir o contexto do direito à comunicação no Brasil, a conferência como espaço oficial de controle social e dar início ao movimento pró-conferência no estado, foram convidados Rosário de Pompéia e André Araripe(CCLF), além de Aline Lucena(Sinos) e Edgar Rebouças(UFPE/Intercom), todos integrantes do Fopecom.



Também estiveram presentes na articulação e na discussão mais de setenta pessoas, entre representantes de sindicatos, rádios comunitárias, conselhos, organizações da sociedade civil, grupos da juventude, estudantes, jornalistas e curiosos compareceram ao Sindsep (Rua João Fernandes Vieira, nº 67, Boa Vista, Centro).

Após a discussão temática, foi criada oficialmente a Comissão Pró-Conferência de Pernambuco, com a previsão de reunir-se pelo menos uma vez por mês

ordinariamente e de articular-se com a Comissão Nacional Pró-Conferência (principalmente através de meios virtuais e de duas videoconferências ao longo do ano). A previsão acabou sendo cumprida, tendo a comissão se reunido oito outras vezes, com quórum que variou de cinco a 20 pessoas/representações para tratar principalmente de estratégias e assuntos relativos à luta pela realização da Conferência - sem contar com as plenárias e encontros temáticos. Além do Sindsep, também foram utilizadas dependências do Sindicato dos Professores (Simpro) e da delegacia do Ministério da Cultura (MinC), que se revelou um importante aliado estratégico nessa caminhada.

Foi também criada uma logomarca, um blog (www.cpcce.blogspot.com) e uma lista de discussão na internet para facilitar o fluxo de informação. No encontro, também foi produzido um vídeo pelo coletivo Ventilador Cultural, usado também como ferramenta de mobilização (<http://migre.me/FX8m>).

Encontros temáticos: aprendendo mais para interferir melhor

Além do primeiro encontro, que teve como ponto principal dar início à articulação, a Comissão Pró-Conferência em Pernambuco - e as entidades participantes também realizaram uma série de encontros temáticos e plenárias com o objetivo de contribuir para a formação de pessoas e entidades que já mostravam-se interessados/as em participar do processo de conferência. Além de seu caráter formativo, esse encontros fortaleceram a mobilização e fizeram com que mais sujeitos se integrassem às agendas da Comissão. A destacar alguns:

23 de abril: II Encontro Pró-Conferência, que foi realizado na Universidade Católica de Pernambuco e teve como tema principal a propriedade nos meios de comunicação. Foram convidados para debater Rosário de Pompéia (CCLF), Mariana Martins (Intervozes), Osnaldo Moraes (Fenaj) e Everaldo Costa (Giral). Cerca de 80 pessoas participaram. Nesse encontro, em que participaram cerca de 50 pessoas, um dos assuntos debatidos acabou sendo o decreto presidencial que convoca a Confecom e a portaria que cria a Comissão Organizadora - no ver da comissão, de forma equivocada ao não respeitar os posicionamentos da CNPC especialmente no que diz respeito às indicações de entidades representativas da sociedade civil;

18 de maio: Encontro articulado por diversas organizações da Juventude no bairro de Jardim São Paulo, periferia do Recife. Cerca de 40 jovens estiveram reunidos na igreja local para debater com Ivan Moraes Filho (CCLF) sobre possibilidades e desafios da I Confecom. Esta conversa acabou repercutindo em diversos outros grupos organizados da juventude e propiciou uma importante participação desse segmento na etapa estadual da conferência -

participação que só não foi maior devido ao impedimento na participação de grupos não institucionalizados.



1 de agosto: Encontro "Juventude e Comunicação - eu tenho esse direito!" Realizado na ONG Serta, no município de Glória do Goitá. O tema principal foi o direito à comunicação e as possibilidades que se abrem com a Confecom. Organizados pelos grupos Gambiarra, GAJOP, Rede Solidária de Defesa Social, Giral, Jardim Sonoro; Juventude Che Guevara, os jovens terminaram o encontro com um documento-base que foi

defendido em todas as etapas da conferência. O jornalista Ivan Moraes Filho (CCLF) participou como facilitador dos debates que envolveram cerca de 60 jovens.

7 de agosto: Seminário "Controle Social, Mídias e Interesse Público", promovido pelo CCLF, na Fundaj, com o objetivo de promover a reflexão e a troca de ideias sobre os temas "O exercício do direito à comunicação no controle social da mídia" e a "A busca da diversidade nos meios de comunicação" e recolher propostas para as Conferências de Comunicação Estadual e Nacional. O seminário também marcou os cinco anos do Projeto OmbudsPE, desenvolvido pelo CCLF com o apoio da Fundação Ford, e lançou a cartilha "Comunicar para não se trumbicar". Além da participação de integrantes do CCLF (Ivan, Rosário de Pompéia, Aldenice Teixeira, André Araripe), o seminário também trouxe convidados como Venício Lima (Jornalista, Sociólogo, Universidade de Brasília), Jackqueline Lihimas (Ministério Público de Pernambuco), Bia Barbosa (Intervozes), José de Santa (Vice-Cacique Xukuru), Augustino Veit (Quem Financia Baixaria é Contra Cidadania). Cerca de 80 pessoas, em sua maioria mulheres, participaram do debate – muitos/as representando diversas organizações da sociedade civil, especialmente grupos de jovens e mulheres.

19 de agosto: Lançamento do livro *Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo: as experiências de doze países e o caso brasileiro*, do Intervozes, produzido em parceria com a Editora Paulus. O evento trouxe um debate sobre sistemas públicos com a participação de Sivaldo Pereira (doutor em comunicação e cultura pela UFBA e um dos autores do livro) e Mariana Martins(Intervozes).

Articulação nacional – do poder de quem faz junto

Desde o início das mobilizações estaduais para a realização da Confecom, já era estreito o contato das entidades locais (em especial o CCLF) com organizações nacionais que já se articulavam na Comissão Nacional Pró Conferência (CNPC). Tanto pelo fato de o CCLF estar no conselho do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), que fazia parte da CNPC desde seu surgimento, em 2007, quanto pela atuação protagonista do Centro (e do Fopecom) em redes e articulações anteriores como a Cris Brasil e a Frente Nacional pela Digitalização Democrática de Rádio e Televisão.

Coube ao CCLF/MNDH e ao Intervozes o papel de interlocutor das discussões nacionais travadas no âmbito da CNPC junto às entidades pernambucanas que fizeram parte do processo. O contato regional-nacional dava-se principalmente através de listas de e-mail, mas também em duas videoconferências e em um par de participações em reuniões articuladas pela CNPC.

Numa delas, em maio, Ivan Moraes Filho participou, pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos, pouco tempo depois da nomeação da Comissão Organizadora Nacional (COE). Estiveram presentes cerca de 40 representantes de entidades de todo o país – inclusive um assessor da Associação Brasileira das Empresas de Rádiodifusão (Abert). Na pauta, discussões principalmente sobre temário e metodologia da conferência. Mais importante, porém, foi a definição de que a CNPC continuaria a se encontrar – independente da COE - e consolidar-se como o espaço legítimo de articulação da sociedade civil durante todo o processo.

No mês de outubro, Cátia Oliveira (CCLF) representou o Fopecom na Plenária das Comissões Estaduais e Nacional Pró Conferência de Comunicação, no Hotel Nacional, em Brasília. Entre os objetivos do encontro estava o mapeamento das propostas do conjunto do movimento social, buscando os consensos possíveis para um programa unificado, bem como a troca de informações entre os estados e esclarecimento de dúvidas acerca do regimento interno e das resoluções que norteiam a Conferência. Foi produzido um documento com orientações para os estados. Entre outras recomendações, a proposta reafirmava a importância de se garantir o máximo de diversidade na participação de delegados/as em todas as etapas da Confecom.

Advocacy, plenárias, audiência pública, mobilização: mobilizando aliados e comprometendo gestores públicos

Se uma tarefa importante da Comissão Pró-Conferência era a de preparar a militância para o processo da Confecom, também era fundamental fazer com que as etapas da conferência realmente acontecessem. Desde o primeiro momento em que a CPCP formou-se, houve tentativas (algumas mais exitosas que outras) de tornar o poder público estadual ciente de que havia um processo sendo iniciado e que o estado, mais cedo ou mais tarde, teria que preparar-se para realizar sua tarefa.

De março a setembro, houve pelo menos três momentos de reuniões com integrantes do poder executivo, principalmente com o secretário de Imprensa (note: não temos uma secretaria de Comunicação em Pernambuco, mas de Imprensa), Evaldo Costa, e com o chefe da Casa Civil Ricardo Leitão.



Para visibilizar a mobilização e buscar comprometer cada vez mais os gestores, foram realizadas três reuniões plenárias abertas (com públicos de 50 a 100 pessoas) de abril a setembro, além de uma audiência pública convocada pelo vereador Luciano Siqueira (PC do B), no Recife, no dia 1 de setembro. Na ocasião, mais de 100 pessoas lotaram o chamado 'plenarinho' da Câmara de Vereadores do Recife.



Como o governo de Pernambuco demorou até o último dia do prazo dado pelo governo federal (16 de setembro) para publicar o decreto que convocou a etapa estadual, grupos da juventude ligados à CPCP realizaram, neste mesmo dia, uma manifestação em frente ao Palácio do Campo das Princesas. O ato, que a princípio teria como objetivo exigir a publicação do decreto, acabou tendo o propósito de cobrar uma efetiva participação da sociedade no processo de organização da Confecom-PE (o que não estava originalmente nos planos do governo e que de fato acabou acontecendo através da eleição da Comissão Organizadora Estadual – COE).

Comissão Organizadora Estadual – Agora é pra valer

Convocadas pelo Governo Estadual, atendendo às recomendações da Comissão Estadual Pró-Conferência, foram realizadas, dia 08 de outubro de 2009 audiências públicas simultâneas para escolha das representações para participar da comissão organizadora estadual (COE) da etapa estadual da Confecom.

A proporção seguida foi a mesma indicada pela Comissão Organizadora Nacional (20% de integrantes do governo, 40% da sociedade civil e 40% de representações empresariais). Com uma diferença, porém. Nesse momento, os representantes da sociedade civil não empresarial foram divididos em duas audiências, sendo que uma delas definiria a participação dos indicados por trabalhadores do setor, enquanto a outra definiriam quais seriam as indicações das demais entidades.

Nesta segunda, trinta e três entidades presentes no auditório da faculdade de ciências da Administração de Pernambuco – FCAP elegeram seis representantes: Sintepe, Centro de Cultura de União Nacional de Estudantes – Cuca/UNE, Unegro, Intervezes, Giral e Abraço.

No segmento de empresários da comunicação, os nove participantes escolheram, no auditório do Porto Digital, bairro do Recife, a Sepex, a Sindusgrafi, a Central do Outdoor, e AETI (que trabalha com tecnologia da informação) e a TV Pernambuco como seus representantes.

Aí um fato curioso. A TV Pernambuco, emissora de televisão cuja outorga pertence ao governo estadual, participou da audiência – e elegeu-se representante junto ao grupo de representantes do segmento empresarial. O equívoco, posteriormente desfeito, ilustra o caráter privado com que vinha sendo gerenciada a emissora naquele momento.

Ao final, assim ficou a composição da COE:

TITULARES	SUPLENTES
Poder Público	
Félix Galvão Batista Filho	Rafael Guerra de Melo
Maria da Paz Figueredo	Ricardo Braga Arruda
Aquiles Lopes de Oliveira	Tatiana Marques Portela
Alessandro Costa Cavalcanti	Alberto Adriano de Oliveira Muniz

Sociedade Civil Empresarial	
Cleto Amaral Carapeba (Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior do estado de Pernambuco – Sepex – PE)	Wilson da Silva Guimarães (Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior do estado de Pernambuco – Sepex – PE)
Sérgio Pedro Xavier Neto (Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Pernambuco – Sindusgraf-PE)	Valdézio Bezerra de Figueiredo (Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Pernambuco – Sindusgraf-PE)
Ricardo José de Oliveira Costa (Central do Outdoor)	Telma Rebêlo de Brito Pereira (Central do Outdoor)
Thaís Toledo (Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA)	Geraldo Ricarte (Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA)
Klaus Hachenburg (Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia de Internet)	Ely Menezes (Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia de Internet)
Frederico de Siqueira Filho (Associação Brasileira de Telecomunicações – Telebrasil)	Jacinto José Carneiro da Silva (Associação Brasileira de Telecomunicações – Telebrasil)
Sociedade civil não empresarial	
Mariana Martins de Carvalho (Intervozes)	Cátia Patrícia Oliveira (CCLF)
Everaldo Costa Santana (Giral – Grupo de Informática, Comunicação e Ação Local)	Mariana Karilena Moura da Silva (Gajop)
Zelito Passavante (Sindicato dos Trabalhadores em educação de Pernambuco – Sintepe)	Cristiano Jerônimo (União Brasileira de Escritores)
Rafael dos Santos Barreira (Centro Universitário de Cultura e Arte da União Nacional dos Estudantes – CUCA da UNE)	Virginia Gomes de Barros (União dos Estudantes de Pernambuco – UEP)
Fernanda C. Lima (União de Negros pela Igualdade – Unegro)	Paula Falbo (União Brasileira de Mulheres)
David Vicente da Silva (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias – Abraço)	Rebeka Oliveira de Freitas (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias – Abraço)
Ayton Maciel (Sindicato dos	Arnaldo José Freire (Sindicato dos

Jornalistas de Pernambuco)	Trabalhadores em Processamento de Dados de Pernambuco)
Brivaldo Lôreto da Silva (Sindicato dos Radialistas de Pernambuco)	Guido Bianchi (Sindicato dos Publicitários)
Vanildo Pereira de Queiroz Júnior (Sindicato dos Gráficos)	Gesse Geimes (Sindicato dos Gráficos)
Daniel Rodrigues Alves (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado de Pernambuco)	Francisco Apolinário (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado de Pernambuco)

A primeira reunião da Comissão Organizadora Estadual aconteceu no dia 16 de outubro, às 9h, na sala da Assessoria Especial do Governo, no térreo do Palácio Frei Caneca – Vice-Governadoria do Estado na Avenida Cruz Cabugá, 1211, Santo Amaro. Onde ocorreram os encontros subsequentes.

Entre as atribuições da comissão estava além da elaboração do regimento da Confecom de Pernambuco, alinhado aos princípios do regimento interno nacional, a organização da conferência estadual e também a condução do processo eleitoral para delegados e delegadas.

No estado foram realizadas, além de etapas preparatórias como as pré-conferências e algumas conferências livres, mais 12 conferências com o objetivo de escolher representantes para participar da etapa estadual. Estas plenárias estiveram divididas entre as regiões político administrativas: Sertão do São Francisco, Sertão do Araripe, Sertão Central, de Itaparica, do Moxotó, do Pajeú, , Agreste Meridional, Central, Setentrional, Zona da Mata Sul, Zona da Mata Norte e região metropolitana.

Assim, a COE se dividiu em pequenas comitivas de 3 integrantes cada, para viajar pelo estado compondo mesas e acompanhado o processo das conferências sob a coordenação do governo do estado. Os municípios onde ocorreram as plenárias foram: Petrolina, Araripina, Sertânia, Salgueiro, Afogados, Garanhuns, Caruaru, Santa Cruz, Glória do Goitá, Escada, Recife.

De cada região, representantes foram eleitos para participar da etapa estadual pela sociedade civil. Como a etapa, de acordo com o regimento interno deveria ser aberta a quaisquer interessados em participar, vários representantes do segmento empresarial tiveram integrantes cadastrados na estadual, ao contrário das sociedade civil cujos participantes procederam das conferências

regionais. O regimento indicava que as regionais não poderiam escolher delegados. Eletiva apenas seria a etapa estadual.

Na primeira semana de novembro, um integrante da entidade empresarial Telebrasil e participante da COE, impetrou uma ação contra o regimento estadual, que previa a eleição de representantes nas conferências regionais. O executivo estadual indeferiu o pedido. O representante da Telebrasil recorreu e a abertura da etapa estadual foi mantida não condicionando a escolha de delegados à participação em etapas anteriores.

O governo do estado também criou um site www.confecompe.gov.br aberto à pré-inscrições. Site este que foi pouco utilizado, pouco atualizado e cujos mecanismos de inscrição muitas vezes não funcionaram como deveriam. Contudo os participantes deveriam se cadastrar, no primeiro dia da conferência, para ter direito a voto ou se candidatar a delegado/a.

Etapa Estadual

A I Conferência Estadual de Comunicação (Confecom PE) aconteceu de 13 a 15 de novembro de 2009 e reuniu 238 pessoas, entre representantes da sociedade civil organizada, empresários e membros do Poder Público no Hotel no hotel Jangadeiro, em Boa Viagem.



A abertura do evento contou com três painéis de debate : Política e Participação; O desafio da Produção de Conteúdo e A Comunicação no Contexto das Novas Tecnologias. O jornalista e professor da Universidade Federal do Espírito Santo, coordenador do observatório de mídia do Nordeste, Edgar Rebouças integrou o primeiro. Do segundo, participaram o editor da TV Globo Nordeste, Fernando Buarque e a vice-presidente da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – Abepec, Indira Amaral. O vice- presidente da Rede Bandeirantes, Frederico Nogueira, e o presidente da Associação Latino-americana de Pesquisa em Comunicação, Cesar Bolaño integraram o terceiro. Roseli Goffman, do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC e representante da Comissão Organizadora Nacional, assim como Indira Amaral, também participou das mesas de discussão.

Ao final de três dias de painéis e debates, os participantes elaboraram 544 propostas e elegeram 68 delegados/as. O número de vagas destinado ao estado foi preenchido da seguinte forma: 30 representantes da sociedade civil, 30 da sociedade civil empresarial e 8 representantes do Poder Público – ou seja, 20% do governo, 40% da sociedade civil organizada e 40% de empresários, conforme regimento nacional.

Foram formadas duas chapas. Para garantir a participação dos representantes do interior do estado na etapa nacional, a delegação da sociedade civil, bem como a do poder público, dividiu as vagas de sua representação de acordo com as macrorregiões do estado que são: metropolitana, agreste, sertão e zona da mata.

A eleição da delegação da sociedade civil, assegurou a participação de onze delegados do interior e dezenove da região metropolitana.

Dentre os delegados da região metropolitana, foi também garantida representação da pluralidade de segmentos que participaram da conferência, como os deficientes físicos, os negros e negras, as comunidades tradicionais (representantes, também, das religiões de matriz africana), movimento de mulheres, trabalhadores do setor de comunicação, da Central Única dos Trabalhadores, movimento de direitos humanos, estudantil e pela garantia do direito à comunicação, além de psicólogos, juventude e representantes de rádios comunitárias.

A delegação da sociedade civil empresarial contou com grande participação das empresas de telecomunicações e elegeu delegados entre os participantes cadastrados no momento da realização da conferência. As teles ficaram com 24 das 30 vagas de delegados à etapa nacional. A seis restantes foram distribuídas entre representantes de TVs locais e demais empresários do setor,

que participaram da COE. A distribuição foi feita por meio de acordo realizado entre os empresários presentes.

Para garantir a maior representação das empresas de telecomunicações na plenária da Confecom-PE, trabalhadores destas companhias chegaram ao local da Confecom por volta das 10h da manhã do primeiro dia do evento, e aguardaram a abertura das inscrições às 14h. A estratégia acabou fazendo com que alguns representantes de pequenas empresas de comunicação acabassem ficando de fora da conferência.

Sistematização na contramão do processo

Além do regimento interno, durante o processo de conferências foram aprovadas nacionalmente nove resoluções que regeram as conferências. Uma delas (a oitava), determinava que as propostas elaboradas nas etapas estaduais não deveriam ser submetidas a votação pelos estados, devendo todas seguirem diretamente para a etapa nacional.

Ou seja, discutidas nos grupos de trabalho, essas propostas não foram submetidas à plenária final, sendo todas incorporadas ao caderno final da etapa estadual e, teoricamente, todas deveriam ter sido enviadas para a Fundação Getúlio Vargas, entidade que teve a missão de sistematizar todas para a discussão na etapa nacional.

A plataforma disponibilizada previa a inserção on-line de propostas por palavras-chave ou subtemas, em formulário padrão do sistema FGV. As senhas de acesso ao sistema eram informadas, segundo a Fundação, aos presidentes das comissões organizadoras estaduais (COEs).

A ampla participação do estado de Pernambuco com os seus 184 municípios, que realizaram plenárias nas 12 microrregiões, acabou não garantindo o resultado do saldo organizativo do trabalho. Das cerca de 550 propostas discutidas no estado, apenas 117 foram cadastradas pela secretaria executiva do governo do estado, que alegou dificuldades para compatibilizar propostas e palavras-chaves e curto espaço de tempo para a inserção das diretrizes no sistema.

A conferência de comunicação de Pernambuco foi encerrada no dia 17 de novembro. O prazo para o cadastramento de propostas seguiu até do dia 28.

Pernambuco em Brasília – o estado na Nacional

Devido a diversos atropelos no processo de organização nacional da Confecom, diversos dos/as 68 delegados/as eleitos/as para representar o

estado na etapa nacional da conferência acabaram ficando em casa. Como as passagens só foram enviadas poucas horas antes dos voos, muitos dos representantes do interior – que tiveram participação bastante ativa nas etapas regionais e estadual – acabaram ficando de fora.

Em Brasília, porém, a delegação pernambucana foi uma das mais articuladas, em especial as representações da sociedade civil (não-empresarial). Fez inclusive parte da Comissão de Sistematização de propostas das entidades da sociedade civil. A sistematização gerou um caderno de proposições, posteriormente, entregue aos delegados nos Grupos de trabalho (GT). As propostas foram agrupadas por convergências, por vezes aglutinadas, reescritas, reestruturadas, sem que sua essência se perdesse, e distribuídas nos respectivos eixos. Além de Cátia Oliveira (CCLF), a comissão foi formada por: Fatima Sobral (Clube de Engenharia /RJ), Juliana Nunes (Cojira/DF), Taís Chita (Instituto Paulo Freire/SP).

Cátia também teve uma importante participação na condução da mesa e na sistematização do Grupo de Trabalho 1, que teve como tema principal a produção de conteúdo.

Durante a Confecom, Ivan Moraes Filho (MNDH/CCLF) também assumiu a tarefa de “transmitir” as discussões através do twitter (@ivanmoraesfilho) e de matérias/artigos diários, publicados tanto no Ombuds PE (www.ombudspe.org.br) quanto no site do MNDH (www.mndh.org.br). Dias após a Confecom, os textos continuaram repercutindo em outros sites/blogs.

Adeus, Confecom. E agora?

Findo o processo da primeira Confecom, mais de 500 aprovadas na etapa pernambucana e mais de 600 na etapa nacional. Como as propostas não são autoaplicáveis, é preciso que os movimentos que lutaram pela realização da Confecom tomem novamente para si a tarefa de fazer com que – ao menos as principais resoluções – saiam do papel.

Já no início de 2010, isso começa a acontecer. Em abril e maio desse ano, duas reuniões de abrangência nacional já denotam o interesse de as entidades retomarem as discussões. Uma promovida pela Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc), outra convocada pela própria Comissão Nacional Pró Conferência trouxeram a necessidade da manutenção da articulação e da definição de pautas estratégicas.

O Centro de Cultura Luiz Freire, convidado pela Amarc, representou o Movimento Nacional de Direitos Humanos na primeira reunião, em que

procurou-se elencar propostas prioritárias especialmente para o segmento de rádios comunitárias.

Em Pernambuco, o Fórum Pernambucano de Comunicação firmou uma parceria com a Fundação de Cultura do Estado de Pernambuco (Fundarpe), no sentido de realizar, nas 12 microrregiões do estado, uma série de “Encontros Regionais de Comunicação. A ideia é revisitar as propostas saídas da etapa estadual da Confecom, avaliar as possibilidades de implementação e cobrar políticas públicas que façam com que as demandas possam sair do papel.

A primeira etapa desses encontros aconteceu em março, em Goiana, e teve a participação de 15 representantes de municípios da Mata Norte.

Graças ao empenho do conjunto de entidades que trabalham, em Pernambuco, pelo direito humano à comunicação, uma das propostas mais importantes já começa a se concretizar. Em março de 2010, o governo do estado instituiu um Grupo de Trabalho para realizar um diagnóstico e propor alternativas para a reformulação da TV Pernambuco, emissora estatal que vinha há anos sendo sucateada e utilizada como moeda de troca político-partidária. O CCLF participa desse GT, representando o Fopecom.

O ano de 2010, em que serão realizadas eleições para casas legislativas, governos e presidência, apresenta-se ao mesmo tempo como um desafio e uma oportunidade para a discussão das propostas aprovadas na Confecom.

Se, por um lado, o contexto eleitoral (e, em especial, o da campanha eleitoral), tende a ser prejudicial para a aplicação das políticas sugeridas pela conferência, o momento pode ser positivo para o comprometimento dos/as candidatos/as com os conteúdos discutidos no ano passado.

Antes de mais nada, porém, é preciso que as entidades que compuseram (e compõem) o grupo da CNPC exijam a publicação oficial dos resultados da Confecom. Com o documento em mãos, os grupos devem manter a articulação no sentido de se estabelecer as prioridades dos movimentos. Quanto menor for a quantidade de propostas a serem trabalhadas, maior poderá ser a eficácia da luta para a implementação delas.

Anexos:

Artigos

Conferência Nacional de Comunicação: a hora é de unir forças

por Rosário de Pompeia e Ivan Moraes Filho, do Centro de Cultura Luiz Freire

Publicado em 27.04.2009

(www.ombudspe.org.br e www.cpccpe.blogspot.com)

Talvez você já tenha lido isso em algum lugar. Depois de anos de espera, finalmente foi publicado o decreto que oficialmente convoca a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). No jargão do presidente, “pela primeira vez na história desse país” a sociedade terá o direito de participar – e intervir – na forma como é tratado esse direito no Brasil.

Mérito para as entidades, redes, fóruns e articulações que formam o conjunto do movimento pelo direito à comunicação. Não é de hoje que essa ‘turma faz barulho’ para que o governo convocasse esse processo.

A mobilização, que já acontecia há vários anos, ganhou corpo quando foi criado o movimento Pró-Conferência Nacional de Comunicação, ao final do Encontro Nacional de Comunicação, em junho de 2007. O grupo, com mais de 30 representações oriundas de diversos segmentos, já destacava-se pela grande diversidade entre os sujeitos participantes.

Quase dois anos depois, podemos dizer que o ‘jogo’ da conferência já começou. Se naquele momento nossa meta era garantir a realização da Confecom, a dificuldade agora é bem maior. A disputa, agora, é para que este processo aconteça de forma realmente representativa, transparente e democrática. Não é fácil.

Poucos dias após a publicação do decreto que convoca a conferência, o Ministério das Comunicações, nomeado coordenador do processo, divulgou uma portaria em que indica as entidades e órgãos governamentais que deverão formar a comissão organizadora da Confecom. Além dos integrantes do poder público, serão oito representantes dos empresários e oito dos movimentos pela democratização da comunicação.

Levando-se em conta as alianças históricas de setores do governo com os donos da mídia, é preciso muita atenção para se compreender a correlação de forças que se desenhará quando todos os integrantes dessa comissão forem

devidamente nomeados. Ainda mais porque, ao publicar a portaria que delimita as vagas, no Ministério das Comunicações literalmente ignorou as discussões que vinham sendo realizadas pelo Comitê Pró-Conferência.

Intervir na portaria, discutir o regulamento, sugerir conteúdos e metodologia... Tudo isso merece tanta importância quanto os dias da conferência propriamente dita. É nesse processo que se define as “regras do jogo”, que se não forem bem estabelecidas podem transformar esse processo num espaço de legitimação do ‘faroeste midiático’ que conhecemos.

A construção da Confecom (e das etapas regionais) não pode nem deve ficar restrito apenas a organizações que têm na comunicação sua área de atuação. Essa é uma luta de toda a sociedade brasileira, de movimentos urbanos e rurais, de comunidades tradicionais, do movimento pela educação, pela saúde, pelo meio ambiente... Afinal de contas, as políticas de comunicação (ou a falta delas) acaba interferindo em todos os segmentos da sociedade.

Alguns desafios são prementes: a mobilização e a preparação das conferências municipais e estaduais, a interiorização do debate, a articulação para que temas de interesse local sejam pautados nas discussões nacionais. Afinal de contas, quem pautará a subrepresentação regional e as questões que são específicas de locais pouco (ou nada) atendidos pelos meios de comunicação em massa?

Apesar da demora para a assinatura do decreto presidencial, a construção da conferência será rápida. Pouco mais de sete meses nos separam dos três primeiros dias de dezembro, quando a etapa nacional será realizada.

Protagonista do debate, cabe à sociedade civil organizada, em suas diversas matizes, mobilizar-se, articular-se e qualificar-se para o debate. Só com uma presença significativa dos sujeitos que vislumbram um novo paradigma da comunicação no Brasil poderemos fazer com que a I Confecom signifique realmente um marco democrático na história desse país.

**Rosário¹ e Ivan são integrantes do Centro de Cultura Luiz Freire, organização integrante do Fórum Pernambucano de Comunicação (Fopecom). Ela também faz parte da coordenação da Campanha Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania, enquanto ele é conselheiro do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH).*

1 Durante o processo da Confecom, Rosário desligou-se do CCLF para dedicar-se a projetos particulares

O devido espaço da mídia local na Conferência de Comunicação

Por Rosário de Pompéia e Ivan Moraes Filho

Publicado em 5 de maio de 2009 (www.ombudspe.org.br e www.cpscpe.blogspot.com)

A estrutura de organização da mídia brasileira é um dos grandes entraves à democratização da comunicação no País, configurando um ambiente extremamente restritivo ao exercício do direito humano à comunicação. Há uma excessiva concentração midiática em sistemas de comunicação de iniciativa privada, em detrimento dos sistemas público e estatal.

Esses meios são controlados por poucos sistemas empresariais (a maior parte sediados no eixo Rio-São Paulo), com fortes indícios de monopólio e oligopólio, resultando num cenário de dominação da produção de conteúdos e da veiculação. A prática claramente contraria a Constituição em seus artigos 220 e 223, que proíbem o monopólio/oligopólio e pregam a complementaridade entre meios públicos, estatais e privados.

A mídia pública, incipiente, ainda não se constitui como contraponto a esse processo. Seja pela fragilidade do seu marco político-conceitual, pela forte cooptação dessas mídias pelos governos (em sintonia com as empresas de comunicação), ou pela pouca destinação dos recursos públicos a elas direcionados. No aspecto do financiamento, destacam-se as vultosas dotações no orçamento público para publicidade, sem, no entanto, ter-se constituído uma política pública de comunicação, muito menos de promoção do direito à comunicação.

Esse contexto de concentração midiática encontra em Pernambuco (como nos demais estados do Nordeste) um ambiente ‘confortável’, constituindo um “coronelismo eletrônico”, usando o termo amplamente difundido pelos pesquisadores Sergio Caparelli, Suzy dos Santos e Venício Lima. Esse fato é resultado não só da manutenção das estruturas oligárquicas de poder e de dominação do Estado, mas da fragilidade dos mecanismos de regulamentação da mídia e da pouca mobilização da sociedade local em torno da democratização da comunicação.

A constituição da estrutura midiática vigente no estado de Pernambuco teve início no Regime Militar iniciado em 1964 e se expandiu fortemente na Nova República, sempre através de alianças que se materializaram em níveis interdependentes. Por meio de uma relação de afiliação entre os principais grupos de mídia nacionais e locais e através da intermediação política das

concessões entre os agentes públicos, sobretudo do Governo Federal, e as lideranças coronelistas locais.

Essa situação de controle do acesso à comunicação se mantém até hoje como estratégia de manutenção da estrutura de dominação, se materializando a partir da ausência de respostas à forte demanda de grupos locais por acesso às concessões; da ingerência na gestão – inclusive do orçamento público – das mídias públicas e estatais existentes e da tentativa de impedimento das iniciativas de outras mídias públicas, sobretudo de caráter comunitário.

Contribui com essa situação a invisibilidade e a insuficiência de instituições e mecanismos de gestão do Estado no controle das mídias locais. As instituições em princípio responsáveis pelo controle oficial – regulação e regulamentação da comunicação – são todas de âmbito federal (Ministério das Comunicações, Anatel, Congresso Nacional, por exemplo) e são distantes desse cenário local. Além disso, desconhece-se uma estrutura local que atue no tema da comunicação. Inexistem espaços de controle, como um conselho estadual ou municipal de comunicação.

Diante desse cenário e em meio a um grande distanciamento da população em relação à democratização da comunicação, há um conjunto de organizações da sociedade civil local com incidência na temática. Em geral, suas pautas estão voltadas para: (i) o apoio às iniciativas alternativas de produção de mídias; (ii) o engajamento nos decretos, normas, leis que regulem e ou regulamentem às mídias públicas, privadas e estatais (classificação indicativa, TV digital, fóruns de tvs públicas, etc); e (iii) o controle da mídia local.

Observa-se também, principalmente, localmente, que há uma maior mobilização em relação às iniciativas de produção de conteúdo, com um notório crescimento de grupos, sobretudo juvenis, compreendendo sua produção como busca do exercício do direito à comunicação. Ainda há, porém, pouca mobilização e muita desinformação no que diz respeito às estruturas existentes, aos mecanismos de regulação e regulamentação, ao orçamento público destinado às mídias, ou mesmo à efetivação dos mecanismos de controle, o que se traduz na ausência de uma incidência mais estratégica e permanente.

Alguns temas, dentro desse contexto, têm conquistado maior envolvimento, a exemplo, o controle do conteúdo da mídia, haja vista também o importante papel desempenhado pela Campanha Quem Financia Baixaria é Contra a Cidadania, a repercussão da saída do ar do Programa Tardes Quentes de João Kleber, na Rede TV, e as ações judiciais locais que estão surgindo aqui e acolá (caso do programa Na Mira, da TV Bahia). Em Pernambuco, isso acontece mesmo em meio às organizações que compõem o Fórum Pernambucano de

Comunicação (Fopecom), o principal espaço aglutinador da incidência pela democratização da comunicação no estado.

A estrutura midiática do estado, proveniente do contexto acima descrito, é extremamente concentrada, fechada, desconhecida. Isso, claro, se reflete na qualidade do conteúdo dessas mídias. Sobretudo na mídia privada, isso se evidencia na pouca diversidade de conteúdos e de fontes e na constante violação de direitos humanos coletivos e individuais.

Esses aspectos impactam diretamente na desconstrução de valores identitários da diversidade cultural local, pois pouco se desvaloriza os espaços para produção e veiculação das produções locais. Nas (poucas e pequenas) mídias públicas e estatais, e sobretudo nestas últimas, a qualidade do conteúdo se compromete pela imposição de um caráter de promoção governamental, em detrimento de investimentos que constituam uma política pública de comunicação. Diferentemente das iniciativas de mídia pública existentes, onde faltam recursos, as mídias estatais, apesar da ausência de indicadores, demonstram envolver boas somas oriundas dos orçamentos públicos, embora bastante inferiores ao montante destinado sob forma de compra de espaço em veículos da mídia privada.

É a partir da necessidade de mudança desse contexto que precisamos pautar essas questões em todas as etapas da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), que deverá ser concluída de 1 a 3 de dezembro de 2009.

As experiências do CCLF através da TV Viva, ou mais recentemente, do Ombuds PE (www.ombudspe.org.br), apoiado pela Fundação Ford, bem como na temática do controle do orçamento público, evidenciam possibilidades de visibilização do tema, de ampliação do engajamento e da mobilização de parcerias. A análise do conteúdo da mídia é, portanto, ponto inicial do 'ciclo de controle social e público' da política pública de comunicação e de materialização do direito à comunicação.

É preciso superar o desconhecimento em relação às estruturas midiáticas locais e os conteúdos por ela veiculados a pouca apropriação sobre as instituições e mecanismos de regulação para que o debate acerca da regionalização da comunicação seja realmente eficaz nessa primeira Confecom.

Aos trancos e barrancos, saldo positivo na I Confecom

Por Ivan Moraes Filho

Publicado em 18 de dezembro de 2010 no www.ombudspe.org.br,
www.mndh.org.br e www.bodega.blog.br

Muita gente achava que não ia dar certo.

Onde já se viu, juntar no mesmo espaço o governo, os movimentos sociais que lutam pelo direito à comunicação e representantes do empresariado que controlam esse direito sob a égide do mercado?

Pois foi assim mesmo. Milhares e milhares de pessoas em todo o Brasil participaram das etapas preparatórias, nos estados. Em Brasília, no encontro que terminou nesta quinta-feira, dia 17 de dezembro, éramos pouco mais de mil. E éramos diversos. Éramos diversas.

Éramos a estudante secundarista de São Paulo e o funcionário de uma empresa de outdoor da Bahia. Éramos a cineclubista de Rondônia e o representante do ministro mineiro. A diretora de marketing carioca da empresa telefônica e a yalorixá de Pernambuco. O diretor de televisão de Goiás e a professora gaúcha.

Engravatados perceberam que a sociedade civil não (necessariamente) morde. Movimentos sociais perceberam que representantes do empresariado não (necessariamente) têm chifres e tridentes. O governo, transitando dos dois lados, percebeu que o diálogo é possível.

Porque todo mundo queria mesmo era discutir comunicação. E assim se fez.

Consensos foram alcançados, divergências foram expostas. Pessoas dos mais diversos matizes, origens e classes sociais olharam-se nos olhos e viram-se como eram. Pessoas.

E assim mais de 700 propostas de ações e políticas públicas de comunicação foram aprovadas já na primeira rodada de coversas, realizadas em 15 grupos de trabalho. Entre elas, algumas lutas histórias dos movimentos sociais: conselho nacional de comunicação (deliberativo), fortalecimento do sistema público, criação de mecanismos de sustentabilidade para meios de comunicação independentes, alternativos e populares, descriminalização das rádios comunitárias, regulamentação do artigo constitucional que prevê a regionalização dos conteúdos de rádio e televisão...

A plenária final 'carimbou' o processo com algumas vitórias. Fiscalização e auditoria dos meios de comunicação que recebem recursos públicos, estabelecimento de medidas punitivas a emissoras que violam direitos humanos, proibição de políticos-comunicadores e da sublocação de espaço nas emissoras de televisão.

Centenas de medidas progressistas que, como em todas as conferências, não são autoaplicáveis. O esforço para aplicá-las deve agora ser redobrado junto a secretarias, ministérios, poderes executivo, legislativo e judiciário.

Setores progressistas do governo saem fortalecidos do processo e devem a partir ser cada vez mais demandados para que possam pôr em prática o que se decidiu nesse momento histórico da comunicação brasileira.

É certo dizer que, com as resoluções da I Confecom, a luta pela garantia do direito humano à comunicação chega a um novo patamar.

Mas não está, nem um pouco, próxima do fim.

Notas públicas

Nota pública da Comissão Pernambucana Pró-Conferência Nacional de Comunicação - Ao Ministério das Comunicações, ao Governo de Pernambuco, à Imprensa.

Recife, 27 de abril de 2009

A convocação, por decreto federal (publicado no último dia 16 de abril), da I Conferência Nacional de Comunicação (I CONFECOM) marca um momento histórico em nosso país na luta pela democratização do Estado.

No Brasil, a luta pelo direito à informação e à comunicação teve outro momento importante na Constituinte de 1988. Porém, de lá para cá, a organização do espaço público de comunicação no país fez-se sem a imprescindível participação popular. Deste modo, integrantes de diversos movimentos sociais, além dos que atuam especificamente em defesa do direito humano à comunicação, aguardavam com expectativa a proposta governamental para esta I Confecom.

No último dia 20, quando foi divulgada a Portaria nº 185/2009 do Ministério das Comunicações, que divulga a composição da Comissão Organizadora Nacional da Conferência, nós nos deparamos, mais uma vez, com um cenário que restringe a participação de organizações da sociedade civil. A Portaria ministerial deixou de fora da Comissão Organizadora Nacional algumas entidades importantes que atuam no Brasil pela democratização da comunicação, entidades de defesa dos direitos humanos, e entidades representativas das questões racial e de gênero.

Nós, integrantes da Comissão Pró-Conferência de Comunicação em Pernambuco, cuja mobilização antecede a própria convocação da I CONFECOM, vimos a público expressar nossa preocupação com as restrições à participação da sociedade civil na Comissão Organizadora Nacional dessa Conferência e nossa indignação pela falta de diálogo do Ministério das Comunicações com o Movimento Nacional Pró-Conferência Nacional, que não foi ouvido no momento de compor esta Comissão Organizadora.

Defendemos a autonomia dos movimentos para indicar sua representação, tendo em conta que as conferências são espaços da democracia participativa criados para construir e pactuar com o poder público sobre o que deve ser feito, reconhecendo-se os diferentes sujeitos políticos. E o direito à comunicação é um dos pilares de uma sociedade democrática.

Vamos continuar mobilizadas/os em defesa deste direito no processo da I Confecom e exigimos que representantes do Poder Executivo demonstrem – com ações que ampliem a participação da sociedade – o compromisso com a democracia, entendendo que informação é poder e a qualidade da informação ou o nível de informação da população influencia direta e necessariamente a qualidade do processo democrático.

Assim, conclamamos o Ministério das Comunicações a agir no sentido de ampliar a participação das organizações de segmentos sociais ainda não representados na Comissão Organizadora Nacional, e solicitamos ao Governo de Pernambuco que atue no sentido de garantir ampla participação social neste processo, ao convocar a etapa estadual da I Confecom.

Manifesto “Convocação Já” pela imediata convocação da Conferência Estadual de Comunicação em Pernambuco

Recife, 13 de setembro de 2009

No próximo dia 15 de setembro (terça-feira), encerra-se o prazo concedido para que os poderes executivos estaduais convoquem as Conferências Estaduais de Comunicação, que são etapas fundamentais para a realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), que será realizada de 1 a 3 de dezembro em Brasília.

A convocação da 1ª Confecom, bem como de suas etapas estaduais e municipais, significam um importante avanço democrático no país, pois pela primeira vez no Brasil a sociedade e o governo poderão discutir ampla e democraticamente os meios de comunicação, as políticas de comunicação, a inclusão digital, o acesso à informação, o direito à comunicação, dentre outras importantes questões imprescindíveis para o aperfeiçoamento de um verdadeiro Estado democrático e de direito.

Em todo o Brasil, seis estados (Alagoas, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro e Sergipe) já convocaram as suas etapas estaduais. Etapas municipais/preparatórias estão acontecendo em vários lugares do país neste momento. Pernambuco é um dos estados em que a mobilização pró-conferência de comunicação é mais forte e a sociedade civil não-empresarial está mais organizada.

Desde março deste ano, a Comissão Pró-Conferência de Comunicação de Pernambuco, que reúne mais de 60 entidades, promove encontros formativos e plenárias para debater os temas da conferência, especialmente, sobre a conjuntura pernambucana. Além disso, a Comissão solicitou diversas vezes audiências com secretários do governo estadual, enviando documentos,

propostas e pedidos de reunião. Mas, até o presente momento, não tivemos nenhuma resposta do compromisso desse governo com esse importante passo no sentido da democratização da comunicação e, conseqüentemente, da democracia no Estado de Pernambuco.

É neste sentido, que a Comissão Pernambucana Pró-Conferência Nacional de Comunicação, vem exigir do Governador Eduardo Campos a convocação imediata da etapa estadual desta Conferência.

Mediante o compromisso que o Governador tem com uma gestão democrática e progressista, na construção de um Pernambuco melhor, é inadmissível que a sociedade pernambucana seja privada de contribuir e de ser protagonista deste momento histórico pelo qual o país está passando.

Pela convocação imediata da Conferência Estadual de Comunicação!!!

Nota da Comissão Pernambucana Pró-Conferência de Comunicação - Ao Governo do Estado de Pernambuco

Recife, 16 de setembro de 2009

A Comissão Pernambucana Pró-Conferência de Comunicação vem saudar a convocação da etapa estadual da I Conferência Nacional de Comunicação, publicada hoje, 16 de setembro de 2009, no Diário Oficial deste estado. Este foi um importante passo, mas para se tornar uma conquista democrática deve garantir a participação de todos os setores envolvidos em todas as etapas, particularmente da sociedade civil, que teve sua presença restringida no âmbito da comissão organizadora nacional.

Neste sentido, vimos a público assinalar ao Governador Eduardo Campos que confiamos no seu compromisso, divulgado ainda durante a campanha para o Governo do Estado, de sempre estar aberto para ouvir a sociedade e garantir democraticamente a sua participação na definição de políticas para o Estado. Que esta seja a tônica da Comissão Organizadora Estadual da I Confecom.

Dado todo o esforço da Comissão Pernambucana Pró-Conferência de Comunicação no sentido de aproximação do governo estadual para apresentar propostas para a realização da Confecom neste estado, nós, organizações integrantes da Comissão, também precisamos vir a público dizer da nossa preocupação com a data definida para a etapa da Confecom em Pernambuco, haja visto que o Estado terá menos de um mês para garantir a construção de um projeto de Conferência Estadual que possa ser participativo e representar verdadeiramente as demandas da sociedade pernambucana.

Tendo em vista toda a nossa mobilização, desde março deste ano, em permanente contato com a Comissão Nacional Pró-Conferência e com a Comissão Organizadora Nacional, colocamos este acúmulo a serviço na Confecom/PE, e ficamos aguardando o contato do Executivo estadual, para que possamos participar em uma construtiva parceria com o Governo e demais setores que estarão também nesta Conferência.

Entidades e redes que compuseram a Comissão Pernambucana Pró Conferência de Comunicação (e assinaram os manifestos/notas públicas)

1. Fórum Pernambucano de Comunicação
2. Interozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social
3. Giral - Grupo de Informática, Comunicação e Ação Local
4. Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec)
5. Ventilador Cultural
6. Centro de Cultura Luiz Freire - CCLF
7. Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH
8. Sinos - Organização para o Desenvolvimento da Comunicação Social
9. AMARC- Associação Mundial de Rádios Livres e Comunitárias
10. Fórum Permanente da Música de Pernambuco
11. Fórum de Mulheres de Pernambuco
12. Articulação de Mulheres Brasileiras
13. ETAPAS
14. Movimento Cultural Fazendo Arte

15. ASSENO

16. COMPASP - Comissão Pró-Arraial Sítio dos Pintos

17. Rádio Comunitária Conquista do Bairro de Dois Irmãos

18. Sindicato dos Radialistas de Pernambuco

19. FITERT- Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão

20. Auçuba – Comunicação e Educação

21. GTP+ Grupo de Trabalho em Prevenção Positiva

22. Agência de Notícias da Roda de Fogo

23. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

24. ABRAÇO - Associação Brasileira de Rádios Comunitárias

25. No PE do Ouvido Rádio Comunitária

26. GAJOP - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares

27. Rede Solidária de Defesa Social

28. Jardim Sonoro

29. Gambiarra Imagens

30. AEPA - Associação de Estudos Projeto Atitude

31. Juventude Che Guevara

32. Flores Crew
33. Mangue Crew
34. Rede de Resistência Solidária
35. Grafiteiras BR
36. Grafiola
37. MASC - Mulheres Artesãs Semeando Cultura
38. Ação Jovem de Glória do Goitá
39. Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado de Pernambuco
40. Centro de Comunicação e Juventude
41. Grupo Quebra Cabeça
42. Coletivo Espectro Alternativo
43. CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
44. UBM - União Brasileira de Mulheres /Pernambuco
45. UJS - União da Juventude Socialista
46. Sintepe - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco
47. Cuca da UNE
48. Sinpro - Sindicato dos Professores de Pernambuco
49. UEP - União dos Estudantes de Pernambuco

50. UMES - União Metropolitana de Estudantes Secundaristas
51. Diálogos
52. Rádio Amparo FM Comunitária
53. Gabinete do Vereador Luciano Siqueira - PCdoB
54. Rede em Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres Da Mata Norte e Centro
55. Sindupe – Sindicato dos Servidores da UPE
56. SIMPERE – Sindicato Municipal dos Profissionais em Educação do Recife
57. Sindicato dos Publicitários de Pernambuco
58. Gabinete do Deputado Estadual Nelson Pereira
59. Gabinete do Deputado Estadual Luciano Moura
60. UNEGRO – União de Negros Pela Igualdade / Pernambuco
61. MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco
62. CRP - Conselho Regional de Psicologia